



ISSN 2359-1277

## **PROGRAMA BOLSA FAMILIA E INTERSETORIALIDADE**

Aline Lopes de Sousa, aline1.sousa@hotmail.com  
Priscila de Lima Santana, pry-santana93@hotmail.com  
Keila Pinna Valensuela (Orientadora), keilapinna@hotmail.com  
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Paranavaí

**Eixo Temático:** Políticas Sociais e Trabalho

### **RESUMO**

Este resumo encontrar-se-á vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) das acadêmicas do curso de Serviço Social da UNESPAR Campus Paranavaí, constituindo-se um recorte da referida pesquisa. O objeto de pesquisa em questão é intersectorialidade nas políticas públicas, em especial dos programas de transferência condicionada de renda. O escopo principal é estudar o tema, através da pesquisa qualitativa e bibliográfica. Conclui-se a necessidade de aprofundar a discussão sobre o assunto, alinhando concepção, gestão e operacionalização do Programa Bolsa Família a partir da abordagem intersectorial.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, Intersectorialidade, Políticas Públicas.

### **INTRODUÇÃO**

A intersectorialidade é um desafio considerando a história das políticas públicas marcada pela intervenção fragmentada do Estado. “A intersectorialidade na gestão pública significa adotar uma decisão racional no processo de gestão, cuja aplicação pode ser positiva ou não” (SPOSATI, 2006, p. 134 *apud* BIDARRA, 2009, p. 485).

Neste processo democrático, todavia, o município sempre apresentou dificuldades em dar respostas às necessidades da população demandatária, e agora essa dificuldade é acirrada pela capacidade incipiente dos municípios em assumir os novos papéis que lhe são atribuídos no processo gerencial.

Partindo desse pressuposto, questionamos: como as políticas públicas de Assistência Social, Saúde e Educação tem sido organizadas, na perspectiva da



intersectorialidade, para promover o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família em Paranavaí/PR?

Diante do exposto, torna-se necessário realizarmos estudos sobre o Programa Bolsa Família, compreendendo a intersectorialidade a partir das políticas públicas de Assistência Social, Saúde e Educação no que se refere ao (des)cumprimento das condicionalidades.

### **MATERIAIS E MÉTODOS**

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa qualitativa, em princípio realizaremos uma revisão bibliográfica buscando fundamentar o objeto de estudo. Ressalta-se que o uso da abordagem qualitativa na pesquisa em Serviço Social é pertinente, pois como diria Martinelli (1999, p. 38), “os dados na pesquisa qualitativa se dão em um contexto fluente de relações”. A apresentação dos dados dar-se-à por meio da abordagem descritiva.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A intersectorialidade é uma das dimensões centrais no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF), “é um conceito amplo que pressupõe troca de experiência e informações; construção de redes de interação e cooperação social entre gestores, profissionais e usuários e sinergia de ações” (SILVA, 2014, p.167). Na concepção da autora, a intersectorialidade enquanto eixo estruturante das políticas públicas implica no compromisso com uma gestão integrada de ações descentralizadas e participativas; tendem-se avançar a partir de mudanças em suas reflexões e diálogos sejam de uma forma harmoniosa, democrática e respeitando as diversidades das redes que abordam suas problemáticas sociais.

Partindo desse pressuposto, o PBF apresenta uma natureza intersectorial, desde sua gênese, sobretudo no que tange ao cumprimento de condicionalidades:



A intersectorialidade com as políticas universais de saúde e educação foi uma das características inovadoras do programa sugerindo fortemente a expansão da oferta de atenção em saúde e a permanência nas escolas públicas para um contingente populacional que muitas vezes encontrava dificuldade de acessar esses mesmos serviços (FONSECA; VIANA, 2014, p.64).

De igual modo, na área da Assistência Social, ganha centralidade na agenda social os programas de transferência de renda, como o PBF.

A mudança na política macroeconômica permitiu uma diminuição da pobreza e se compararmos as informações sobre a renda entre os dois últimos Censos, observa-se que a extrema pobreza recuou em 4,7 pontos percentuais e a pobreza 8,9 pontos percentuais, níveis jamais alcançados anteriormente na sociedade brasileira. (FONSECA; VIANA, 2014, p. 65).

Para o enfrentamento desse contexto, identificamos a importância da intersectorialidade que acaba ganhando destaque também no campo da Assistência Social desde a década de 1990 uma vez que “as próprias características de vulnerabilidades de diferentes ordens que marcam a clientela da assistência social impõem a essa política pública a busca de parcerias intersectoriais sustentáveis e inovadoras”. (MONNERAT; SOUZA, 2014, p. 46).

Sendo assim, toda esta articulação de experiências de saberes se converte em uma visão, onde, os sujeitos das políticas não estão só atendendo suas necessidades, mas estão gozando da sua conquista de direitos, sua cidadania. “Essas são necessárias para que ocorram as trocas entre os saberes e alimentem-se os fluxos de atendimentos provenientes das múltiplas intervenções profissionais” (BIDARRA, 2009, p. 492).

É preciso pensar em protocolos e fluxos de atendimentos para atender as famílias beneficiárias que forma conjunta e efetiva. Parte-se do entendimento que uma ação isolada não atende a realidade complexa das famílias atendidas, na perspectiva da totalidade. Importa destacar também que, todo este processo de construção do



conhecimento, ações e realizações, perpassa no viés político, como destaca a autora.

A decisão pela ação intersetorial traduz a intervenção política de investir num processo socialmente construído, o qual requer o conhecimento da realidade e a análise das demandas explicitadas pelos sujeitos que partilham compromissos e projetos políticos comuns. (BIDARRA, 2009, p.485).

Na concepção da autora, estabelece-se um projeto político, de intervir com orientações e ações políticas voltadas nas diferentes expectativas dos sujeitos sociais, creditados nas trocas coletivas mediante as disputas de projetos políticos, “partilha efetiva de poder” – uma condição que força a abertura para o diálogo e para a negociação sobre as formas como vai se dar a participação na gestão das ações deliberadas” (DAGNINO, 2002 *apud* BIDARRA, 2009, p. 485).

Para a autora, esta partilha de poder é importante para o conhecimento de um todo e assim, desenvolver estratégias de agir e para, além disso, colocar em prática, tirar do papel, implementar estas políticas, mas, nos alerta que há intervenções operacionais que são falsas em relação a partilha de poder.

Essa forma de participação parece oportuna para manter a centralização do poder e para reforçar as proposições que interessam e correspondem às expectativas daqueles que estão no comando e representam os interesses do grupo político dominante (BIDARRA, 2009, p. 486).

Em todo este processo, de amadurecimento das políticas públicas e a visibilidade do conceito da intersetorialidade, perpassa pela “[...] evolução dos programas de transferência de renda [...]”, que traz uma concepção de intersetorialidade até então ausente (FONSECA; VIANA, 2014, p. 63). Essa conceituação implica que as redes dialogam, buscando maneiras para a melhor execução destas políticas, não se pode equiparar e nem permitir a corrupção no serviço público e a ineficiência dos sujeitos sociais por se deixar influenciar por parte de um dominante. Assim, perde-se todo este processo de conhecimento, articulação e execução, desenvolvido para garantir direitos e cidadania a população.



Contudo, para entender melhor essa ligação e buscar formas de enfrentamento é preciso desenvolver um trabalho intersetorial, como propõe o Programa Bolsa Família. Diante do exposto, vale salientar a necessidade de aprofundar essa abordagem uma vez que o PBF exige uma articulação intersetorial para promover o acesso à educação, à saúde e a outros serviços básicos, partindo do pressuposto que é de responsabilidade do Estado disponibilizar serviços públicos e de qualidade para todos os cidadãos garantidos pela legislação.

## CONCLUSÕES

Intersetorialidade é um tema que gera polêmicas e contradições conceituais, de gestão e operacionalidade entre Assistência Social, Saúde e Educação. Pode significar apenas um procedimento da reforma administrativa do Estado ou, a partir de uma perspectiva democrática, a possibilidade de partilha efetiva de poder.

## REFERÊNCIAS

- BIDARRA, Zelimar Soares. **Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantias dos direitos**. In: Serviço Social e Sociedade. n. 99. São Paulo: Cortez, jul./set. 2009. p. 483-497.
- COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentado e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al (Orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3 ed.rev.e atual. São Paulo: Cortez. 2012. p.54-87.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; v.1).
- FONSECA, Ana; VIANA, Ana Luiza d'Ávila. Política Social, Intersetorialidade e Desenvolvimento. In: ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Orgs). **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.
- MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosemary Gonçalves. Intersetorialidade e Políticas Sociais: um diálogo com a literatura atual. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Orgs). **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 41-52.





SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). O Bolsa Família: Intersetorialidade – Dimensão Central na Implementação e nos Resultados do Programa. In: ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Orgs). **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.